

PREVENÇÃO À COVID

Bancárias gestantes não podem permanecer em trabalho presencial

Nova Lei está em vigor desde a última quinta-feira (13) e grávidas devem ser direcionadas para o Home Office

As trabalhadoras grávidas conseguiram uma vitória importante que reduz o risco de contaminação pela Covid-19, protegendo as mães e os bebês, que determina o afastamento de atividades presenciais de funcionárias grávidas durante a pandemia, sem prejuízo na remuneração. A sanção do Presidente da República foi publicada na quinta-feira (13) no “Diário Oficial da União”. O Projeto de Lei 3.932/2020, de autoria da deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC) atende a uma reivindicação do movimento sindical.

“O projeto de Lei deveria ter sido aprovado com mais urgência, pois está desde 2020 no Congresso Nacional, mas é uma grande vitória de toda a sociedade, pois vai reduzir os riscos de contaminação pela Covid-19, protegendo as mães e os bebês e as bancárias



As trabalhadoras grávidas e os bebês ficarão mais protegidos dos riscos do coronavírus com a nova legislação vigente durante a pandemia



Com a Lei de autoria da deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), os bancos têm de disponibilizar o teletrabalho para as funcionárias gestantes

gestantes serão imediatamente beneficiadas por esta medida”, comemora a presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Adriana Nalesso.

A proposta havia sido aprovada pelo Senado em 15 de abril, depois de aprovação pela Câmara dos Deputados em agosto do ano passado e permitirá que as gestantes se-

jam afastadas do trabalho presencial, ficando à disposição da empresa para exercer as atividades em casa, por meio do teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho à distância.

“A Lei entrou em vigor na quinta-feira (13) e as bancárias gestantes têm de ser afastadas imediatamente do traba-

lho presencial. Caso a Lei seja descumprida é preciso entrar imediatamente em contato com o Departamento Jurídico do Sindicato”, explica o advogado do Sindicato, Márcio Cordero. Denúncias podem ser feitas pelos telefones 2103-4104/4128/4173 ou pelo email juridico@bancariosrio.org.br.



Nesta terça e quarta tem curso de Paternidade Responsável

A Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato realiza nesta terça (18) e quarta-feira (19), mais uma versão do curso “Paternidade Responsável”.

A certificação é necessária para que os bancários possam

desfrutar do direito à ampliação da licença paternidade para 20 dias, incluído na Convenção Coletiva da categoria (CCT). As aulas serão ministradas, mais uma vez, através de videoconferência, por medida de segurança e pre-

venção à Covid-19.

Os papais bancários ainda podem entrar em contato pelos telefones (21) 2103-4165/4170 ou através do email politicassociais@bancariosrio.org.br para garantir a sua vaga.

ACÇÃO NA JUSTIÇA

Redução da tarifa do metrô

Uma ação foi ajuizada na última sexta-feira (14) pela 5ª Promotoria de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) para redução da passagem do metrô do Rio, a mais cara do país. No processo, o MP pede uma tutela de urgência antecipada requerendo que a Justiça determine no prazo de 72 horas que a concessionária MetrôRio reduza a nova tarifa do transporte metroviário, que entrou em vigor no último dia 11. O aumento elevou a passagem de R\$ 5 para R\$ 5,80, representando um reajuste de 16%.

Os promotores pedem um reajuste honesto: que seja aplicado o percentual do índice inflacionário do IPCA, de 4,52%, praticando o valor máximo da tarifa de R\$ 5,20. A tarifa metroviária é reajustada anualmente pela variação do IGP-M, conforme previsto no contrato de concessão. Nada mais justo.

Bancários podem ser incluídos na lista da ação do FGTS até o dia 28 de maio

Apesar do adiamento do julgamento pelo STF, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro vai continuar a atualização da listagem para quem deseja ser incluído na ação coletiva até o dia 28 de maio. O Departamento Jurídico da entidade possui ação desde 2019. Por isso, caso o bancário não esteja na listagem, basta seguir o passo a passo descrito ao lado. Quem ainda não é sindicalizado e quer fazer parte da ação de nossa entidade sindical deve se associar o quanto antes através do link disponível em nosso site.

Passo a passo para ser incluído na ação do Sindicato

- 1º) Acessar o site do Sindicato (www.bancariosrio.org.br), verificar se o seu nome está na lista e aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade da Taxa de Referência (TR).

- 2º) Caso seu nome não conste da listagem mesmo sendo sindicalizado a partir de 2014, entre imediatamente em

contato pelo e-mail fgts@bancariosrio.org.br, informando o fato.

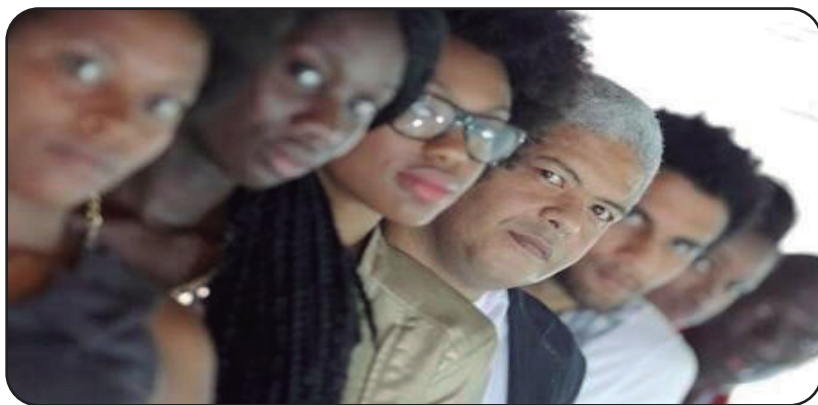
- 3º) Caso não seja sócio do Sindicato, você pode se sindicalizar até 28 de maio.

- 4º) caso seja aposentado e sócio remido, basta apresentar o documento. É fundamental atualizar seus dados cadastrais no Sindicato

RACISMO ESTRUTURAL

Brasil perde R\$ 1 trilhão por que negros têm renda menor que brancos

Discrepância racial no mercado de trabalho não é apenas uma anomalia social criminosa, mas prejudica brutalmente a macroeconomia do país



A ECONOMIA TAMBÉM PERDE - O mercado de trabalho expressa o racismo no Brasil, onde negros têm salários inferiores e são a maioria entre desempregados e trabalhadores na informalidade

A renda média dos trabalhadores negros é de R\$ 1.865, muito menor do que a do restante da força de trabalho nacional, que recebe R\$ 3.509. A dificuldade da população negra para entrar e ascender no mercado de trabalho e os salários menores, além de serem uma anomalia social criminosa, são também um entrave para o desenvolvimento econômico do Brasil. Se os profissionais pre-

tos e pardos fossem remunerados como seus pares de outras raças no Brasil, quase R\$ 1 trilhão de renda seria adicionado ao mercado de trabalho e de consumo. É o que aponta uma pesquisa do Instituto Locomotiva, divulgada no final de abril deste ano. Segundo dados do IBGE utilizados no levantamento, a renda média dos trabalhadores negros - que são mais da metade da população

(56%) - é de R\$ 1.865, enquanto o restante da força de trabalho nacional recebe R\$ 3.509.

“Esta é a herança histórica de uma sociedade racista e cuja lógica escravocrata das classes dominantes continua viva. O racismo é um mal que precisa ser extirpado de nosso país, primeiro para que haja igualdade de oportunidades, mas também para que possamos ter um desenvolvimento econômico e social sustentável”, afirma Almir Aguiar, Secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro).

IMPORTÂNCIA DAS COTAS

A dívida histórica do Brasil com negros e negras explica a importância das políticas de cotas, criadas no Brasil pelo Governo Lula. Apenas 11% da população negra concluiu o ensino superior, quase o mesmo contingente que não frequentou a escola: são 8%, contra 4% dos não negros. Dos que conseguem ingressar na es-

cola, 91% dos negros estudaram em colégio público e 89% nunca fizeram cursos de idiomas, enquanto 74% nunca receberam nenhuma certificação profissional. “O preconceito racial da burguesia brasileira não consegue fazer com que os defensores dos mercados vejam que a inclusão social dos negros é benéfica não apenas para estas populações marginalizadas, mas para todo o conjunto da sociedade. Pacificação social só é possível com justiça social e racial”, completa Almir. Quase 30% da população negra está inserida nas classes D e E, 52% na classe C, e apenas 19% na classe A.

“O Brasil é um país extremamente racista e este 1º de Maio merece uma profunda reflexão para buscarmos a compreensão e a superação de um retrocesso político tão grande que tivemos com a eleição de um governo que se volta contra as ações afirmativas e contra a luta dos movimentos negros, por um país justo e livre de toda a forma de preconceito e discriminação”, completa o sindicalista.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Ilustração:** Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0**

Bancários intensificam mobilização nas redes sociais em defesa dos bancos públicos

Sindicatos da categoria bancária de todo o país vão intensificar a partir desta semana, atividades de mobilizações em defesa dos bancos públicos e contra o projeto privatista do ministro da Economia Paulo Guedes. Haverá tuitos e divulgação da campanha nas redes sociais com o objetivo de sensibilizar a sociedade a participar da luta em defesa das instituições públicas e de sua importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O Governo Bolsonaro tem imposto ataques aos empregados da Caixa Econômica Federal e aos funcionários do Banco do Brasil e do BNDES e promovendo o desmonte das estatais. “A defesa dos bancos públicos está inserida na luta por um estado que seja indutor do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Combatemos sem tréguas a concepção ideológica de Paulo Guedes e do Bolsonaro que é de desmonte do estado



brasileiro e de subserviência aos capitalistas nacionais e estrangeiros, excluindo a grande maioria da população brasileira. Acreditamos que os bancos públicos podem voltar a cumprir um importante papel na recuperação econômica e na geração de empre-

gos como forma de superar a crise que o país tem passado desde 2016, crise essa que foi agravada pela desastrosa condução da economia por Paulo Guedes e pela falta de política de saúde no combate à pandemia do Coronavírus”, disse o diretor e presidente eleito do

Sindicato do Rio, José Ferreira. Fique atento ao nosso site para as novidades da campanha que começa esta semana. Hashtags como #BancoPúblicoÉParaTodos e #DefenderOPúblicoÉDefenderOBrasil são algumas boas sugestões para começar a tuitar.

Funcionários do Itaú aprovam ACT que prevê Bolsa Educação, Banco de Horas Negativa e PCR

Os bancários do Itaú aprovaram a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que trata da Bolsa Educação, Banco de Horas Negativas e Programa Complementar de Resultado (PCR). As assembleias virtuais foram realizadas na quinta e sexta-feira, dias 13 e 14 de maio. O movimento sindical avalia como uma vitória o Acordo Coletivo.

“A aprovação deste acordo foi importante para garantir direitos. No caso da bolsa de estudos conseguimos um reajuste e o PCR é uma conquista diante de uma conjuntura em que os trabalhadores estão perdendo direitos. Quanto ao Banco de Hora Negativa é importante estar avaliando a cada três meses. Recebemos denúncias que muitos gestores não aplicam o critério do acordo, mas praticam assédio moral, dificultam a compensa-



ção dos bancários e há casos em que funcionários que estão em Home Office, que são pessoas vulneráveis aos riscos da Co-

vid-19, e que estão sendo pressionadas para voltar ao trabalho presencial”, disse a diretora do Sindicato do Rio, Maria Izabel,

membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados). Confira em nosso site, os detalhes dos acordos.

Sindicato repudia corte de salários e desrespeito do Santander à decisões judiciais

O Sindicato dos Bancários do Rio repudia a postura do banco Santander, que continua desrespeitando os funcionários e não cumpre sequer decisões da Justiça Trabalhista. O banco cortou 55% do salário de mais de 40 dirigentes sindicais bancários, cipeiros e trabalhadores em estabilidade provisória que ingressaram com ações judiciais da sétima e oitava horas.

“A postura do Santander é arbitrária e uma retaliação pelo simples fato destes trabalhadores buscarem, na Justiça, a garantia de seus direitos de receber pelas horas extras trabalhadas”, critica o diretor do Sindicato Marcos Vicente, que é membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados). Os sindicalistas denunciam que “o banco espanhol fez uma interpretação distorcida das sentenças e retirou a gratificação de função destes ban-



cários, o que configura prática antissindical, um ataque ao direito de buscar a Justiça, além de desrespeito à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e também às convenções internacionais”.

“O Santander ataca a liberdade de organização sindical dos trabalhadores ferindo a legislação brasileira, a Constituição Federal e as convenções da Organização

Internacional do Trabalho (OIT). O salário é um meio de subsistência. O corte pela metade dos salários fere os direitos humanos fundamentais. O banco não respeita sequer decisões da Justiça Trabalhista”, critica Vicente.

AFRONTA AO JUDICIÁRIO

Bancários atingidos pela me-

da entraram na Justiça e conquistaram liminares e sentenças, em Primeira Instância, determinando a retomada do pagamento da gratificação de função, sob a pena de multa diária em caso de descumprimento. Entretanto, o Santander tem desrespeitado as decisões judiciais e protelado o devido pagamento. O movimento sindical está indignado com a afronta do banco ao Poder Judiciário.

“Duvido que o Santander afronte o poder judiciário na Espanha como faz no Brasil. Esperamos que a Justiça brasileira dê uma resposta dura ao banco que não respeita sequer os poderes constituídos do país”, acrescenta Marcos. Os sindicatos vão ingressar com denúncias contra o Santander em organismos internacionais por desrespeito aos direitos humanos e a prática antissindical.

Covid: Bradesco cobra respeito à prevenção, mas não faz a sua parte

No último dia 10, o Bradesco divulgou comunicado cobrando dos bancários o cumprimento ao protocolo de prevenção contra a contaminação do novo coronavírus. É preciso lembrar, no entanto, que o banco não vem fazendo a sua parte. Pelo contrário, estimula aglomerações e filas ao promover demissões e fechamento de agências, aumentando o risco de transmissão entre os bancários e também entre os clientes. É preciso assegurar o uso de máscara e disponibilizar álcool gel. O banco procura com toda esta omissão evitar custos com a pandemia, economizando com a saúde e a vida de bancários e correntistas para ter mais lucro ainda.

No documento, o Bradesco, em tom de ameaça, informa que fará o monitoramento em 16 agências escolhidas aleatoriamente. E sentencia que o resulta-

do vai ser enviado por e-mail aos gestores da unidade que deverão analisar o conteúdo e ‘acionar a agência’.

BRDESCO ECONOMIZA COM A VIDA

A diretora do Sindicato, Nanci Furtado, lembra que o Sindicato está monitorando as agências diariamente para saber se o Bradesco vem cumprindo a sua parte. “E, com este trabalho, verificamos que ele não vem fazendo isto. Não contrata mais funcionários para permitir um rodízio que mantenha a pessoa o menor número de dias possível no trabalho presencial para evitar ao máximo a transmissão, ao contrário, demite e fecha agências, promovendo mais filas e aglomerações com aumento do risco para bancários e clientes”, criticou.

VÍRUS MAIS RESISTENTE

Nanci lembrou que o banco economizou no serviço terceirizado de conservação e limpeza, sendo assim não realiza a sanitização (higienização mais profunda) sistemática dos equipamentos como seria correto, como teclados, inclusive os do autoatendimento, facilitando a transmissão da Covid-19. “Nosso ambiente de trabalho, fechado e com o manuseio de documentos e dinheiro, é propício à contaminação, ainda mais agora, no inverno, e com ar condicionado, o que dá ao vírus maior resistência, permanecendo vivo e infectando as pessoas por mais tempo”, alertou. A sindicalista orienta os funcionários a entrar em contato com o Sindicato para tirar dúvidas e alertar sobre atitudes indevidas por parte do banco, como assédio moral, e a usar máscara, álcool gel e manter o distanciamento.

VACINA

Nanci lembrou que o Bradesco também não moveu uma palha para pressionar os governos federal, dos estados e prefeituras para incluir a categoria bancária no grupo de prioridade para a vacinação contra a Covid-19. “A Contraf-CUT, federações e sindicatos é que se articulam e pressionam o poder executivo e legislativo neste sentido. Aqui no Rio de Janeiro, conseguimos que a Câmara dos Vereadores votasse a inclusão da nossa categoria como parte do grupo prioritário no calendário de vacinação da Prefeitura. Mas o Bradesco, que se mostra no documento aparentemente tão preocupado com a covid, nada fez para garantir a vacina”, disse. O projeto de lei 266, de autoria do vereador Reimont (PT) deverá ir à votação por estes dias.